

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.452 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2002

Tramitação especial deve garantir rapidez a projetos contra violência

Comissão Mista de Segurança Pública anuncia entrega de relatórios parciais na próxima terça-feira e trabalha para que todas as propostas sejam votadas pelo Senado e Câmara dos Deputados até o fim deste semestre



Propostas para combater a violência no país, em exame na Comissão Mista de Segurança Pública, serão encaminhadas diretamente aos Plenários da Câmara e do Senado, sem passar por comissões técnicas. A informação foi dada ontem pelo presidente da comissão, senador Iris Rezende, ao final de reunião com o presidente do Senado, Ramez Tebet. Participaram também o relator-geral Moroni Torgan e os deputados Fleury Filho, Magno Malta e Laura Carneiro. Iris afirmou que o objetivo é garantir que todas as propostas sejam votadas até o fim deste semestre.

PÁGINA 3

Magno Malta, Iris Rezende, Ramez Tebet, Moroni Torgan e Laura Carneiro discutem a tramitação das propostas

Ramez Tebet pede acordo para liberar a pauta do Senado

PÁGINA 2

Audiência pública debaterá sobretaxa ao aço brasileiro

PÁGINA 5

Santos apresentou requerimento para realizar a audiência



Marina Silva quer combater pobreza com Orçamento Social

PÁGINA 8

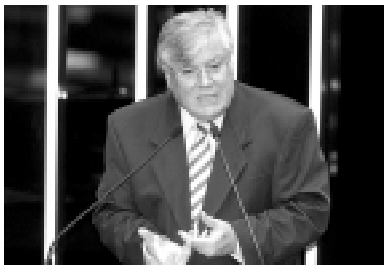
Marina pretende incluir Orçamento Social na Constituição



Alcântara preside reunião extraordinária em que a Comissão de Assuntos Econômicos aprova operação de crédito entre o Banco do Nordeste e o BID

CAE aprova US\$ 240 milhões para turismo no Nordeste

PÁGINA 4



Para Amir Lando, o que seria privilégio transformou-se em um tormento

Lando: fundos constitucionais viraram pesadelo

Criados pela Constituição de 1988 com o objetivo de estimular a produção econômica nas regiões menos desenvolvidas do país, os fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste acabaram se transformando — segundo avaliação do senador Amir Lando (PMDB-RO) — em um grande pesadelo para os produtores rurais.

— Aquilo que seria um privilégio posto à disposição das regiões mais atrasadas passou a ser um tormento para os agricultores. Em vez de estimular, estamos matando a agricultura dessas regiões.

O maior problema na gestão dos fundos, segundo o senador, tem sido a cobrança de altas taxas de juros aos produtores rurais, que não dispõem de rendimentos suficientes para quitar suas dívidas. Ele condenou especialmente a utilização, pelos financiamentos dos bancos oficiais, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Para Lando, o governo deveria levar em conta a situação dos agricultores do interior da Amazônia, que têm dificuldade para escoar sua produção e acabam tendo os rendimentos reduzidos pela atuação de atravessadores.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse estar certo de que um eventual expurgo da TJLP dos financiamentos concedidos aos produtores das três regiões beneficiadas pelos fundos constitucionais já seria suficiente para permitir uma renegociação das dívidas.

Tebet insiste em acordo para liberação da pauta

Presidente do Senado defende entendimento de líderes partidários sobre medida provisória que trata da renegociação das dívidas rurais

O presidente do Senado, Ramez Tebet, voltou a defender ontem, em Plenário, a necessidade de os líderes partidários chegarem a um acordo sobre a medida provisória (MP) que trata da renegociação das dívidas originárias dos créditos agrícolas, que trancou a pauta do Plenário durante esta semana. Os senadores criticam o fato de a Câmara, que já apreciou a matéria e aprovou um projeto de conversão da MP, não haver considerado, em seu texto final, as emendas sugeridas pela comissão mista que analisou a medida provisória.

Tebet alertou sobre a existência de um grande número de projetos, propostas de emenda à Constituição e outras matérias prontas para análise, mas que dependem da liberação da pauta, obstruída pela não votação da MP das dívidas rurais. E convocou os senadores para sessão deliberativa marcada para a próxima terça-feira (12) destinada à votação des-



Tebet alerta sobre existência de grande número de projetos de lei e propostas de emenda à Constituição prontos para votação

sas matérias.

Tebet aproveitou para comunicar a prorrogação de vigência de outra medida provisória constante da pauta do Plenário. A MP, que cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou

situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem, será prorrogada pelo período de 60 dias, a partir de 10 de março.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), por sua vez, afirmou que a liderança do governo está empenhada na busca de uma solução que apresse o acordo em torno da MP das dívidas rurais.

MP dá 25 anos para pagamento de dívidas do campo

A Medida Provisória nº 9, de 2001, que tranca a pauta de votações do Senado desde a última terça-feira, autoriza o governo a renegociar empréstimos que agricultores fizeram junto ao Banco do Brasil e oferece prazo de até 25 anos para que eles paguem seus compromissos. Ela foi editada pela primeira vez pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no final de agosto passado, depois de intensa mobilização de agricultores em Brasília.

Na verdade, trata-se da segunda renegociação de dívidas com o Banco do Brasil — a primeira foi feita em 1995 e 1996. Na época, os

produtores acertaram com o governo que pagariam seus empréstimos em sete anos, cujos saldos devedores cresceram muito por causa da inflação. Eles pagaram algumas parcelas e uma parte voltou a se tornar inadimplente, porque os juros ainda eram elevados e os custos de produção aumentaram muito depois da desvalorização cambial.

A MP transfere as dívidas do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional e oferece descontos de até 20% para o agricultor que antecipar para dezembro de 2006 a liquidação do empréstimo renegociado. Os juros caem de 9% e 8%

para 4% e 3% ao ano, mais uma variação do preço mínimo dos produtos agrícolas.

Na Câmara, foi aprovado, com mudanças, um projeto substitutivo que o relator da MP apresentou. As alterações no substitutivo ocorreram no Plenário, quando as lideranças governistas tentaram aproximar o texto do projeto original assinado pelo presidente da República. Com isso, ficou de fora a inclusão dos pequenos produtores rurais na renegociação, que vinha sendo discutida entre o governo e as oposições. Essa exclusão é um dos motivos da falta de acordo de lideranças no Senado.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2002

Presidente Ramez Tebet
PLENÁRIO
9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PLENÁRIO
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: entre outras matérias, primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, II, e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); e PLC nº 26/99, estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone.
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: entre outras matérias, segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; e terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, II, e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: entre outras, terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; e quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, II, e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária).
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Terça-feira 11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15
Quarta-feira 9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Comissão de Segurança entrega relatórios terça

Em reunião com o presidente do Senado, Ramez Tebet, ficou acertado que as propostas terão tramitação especial nas duas Casas do Congresso, indo diretamente aos Plenários, para acelerar as votações

Tebet apóia propostas de interesse dos municípios

O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu ontem seu apoio à implantação da taxa de iluminação pública e à participação dos estados no pagamento do transporte escolar nas áreas rurais. As propostas são reivindicações da Confederação Nacional dos Municípios, que realizou encontro no auditório Petrônio Portella, ao qual Tebet compareceu acompanhado do 1º secretário do Senado, Carlos Wilson.

Já com relação à possibilidade de reservar parte dos recursos recolhidos pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para as prefeituras, o senador disse que, em tese, é favorável à inclusão dos municípios na repartição de todos os tributos, mas disse que pre-

cisaria estudar o assunto para verificar a viabilidade da proposta.

Tebet lamentou que a proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre a taxa de iluminação pública tenha deixado de ser aprovada pela Casa por apenas três votos, e declarou que, no que depender do seu empenho como presidente, tudo será feito para a aprovação da matéria ainda este ano.

O senador também se comprometeu a adotar providências imediatas sobre a tramitação do projeto de autoria do ex-deputado Nelson Marchezan que obriga os estados a arcar com sua parte no pagamento do transporte escolar nas áreas rurais, que atualmente corre por conta das prefeituras.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, reuniu-se ontem com integrantes da Comissão Mista de Segurança Pública e marcou para a próxima terça-feira, às 11h, a entrega de dois relatórios parciais do colegiado, contendo substitutivos que propõem alterações na legislação sobre seqüestro e processo penal. Segundo entendimento entre Tebet e o presidente da Câmara, Aécio Neves, as matérias poderão entrar de imediato na pauta das duas Casas do Congresso.



Iris Rezende: objetivo é votar todas as propostas no primeiro semestre

O presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), disse que o encontro foi muito produtivo e acabou com todas as dúvidas sobre a tramitação das matérias relativas à segurança pública, tendo ficado acertado, com o aval de Tebet e Aécio, que as propostas irão direto para os Plenários da Câmara e do Senado, sem passar pelas comissões técnicas.

Iris informou que também ficou definido que não haverá duplicidade de encaminhamen-

to entre Câmara e Senado, para evitar demora, pois o objetivo é o de que todas as propostas sobre segurança estejam aprovadas pelo Congresso Nacional no máximo até o fim do primeiro semestre.

Já o relator-geral, deputado Moroni Torgan, ressaltou que a comissão está apresentando resultados práticos bem antes do prazo de 60 dias de que dispõe para trabalhar. Participaram da reunião os deputados Fleury Filho, Laura Carneiro e Magno Malta, sub-relatores, respectivamente, dos grupos que examinam o processo penal; os crimes contra a vida e o patrimônio; e o crime organizado e o narcotráfico.

Marluce pede união de esforços contra a violência

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu ontem a união de esforços dos governos federal, estaduais e municipais para combater a violência em todos os níveis. Na opinião de Marluce, o país precisa de ações sérias, a exemplo do que fazem países como Japão, Estados Unidos e Inglaterra, que possuem uma verdadeira política de segurança, com sistemas de registro, monitoramento e análise da criminalidade.

Para a parlamentar, as lideranças devem ter coragem de assumir que não existem planejamento e intercâmbio de informações entre as polícias, os estados e municípios. A isso somam-se, segundo ela, a falência do sistema penitenciário, os baixos salários dos policiais e con-

dições precárias de trabalho.

Por outro lado, a senadora disse que é necessário analisar as causas que levam à violência, entre as quais citou o "indigno percentual" de quase 40% da população que vive abaixo da linha da pobreza e o fato de o Brasil ser um dos países de maior concentração de renda do mundo. Para aprofundar a discussão, Marluce referiu-se a Alba Zaluar, antropóloga e coordenadora do Núcleo de Pesquisas das Violências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, autora de



Faltam planejamento e intercâmbio de informações, diz Marluce

análise intitulada *Oito temas para debate sobre violência e segurança pública*. Ao pedir a transcrição do trabalho nos anais do Senado, Marluce destacou a importância de considerar as teorias nele contidas, por relacionarem pobreza e criminalidade, desigualdade social e revolta, e cultura e violência, entre outros temas.

Apesar do muito a ser feito para resolver o problema da violência no país, a senadora se disse esperançosa, pois a seu ver o povo brasileiro é extremamente solidário.



Senadores receberam o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, que liderou a Marcha dos Prefeitos

Líderes vão acompanhar as reivindicações das prefeituras

Um grupo de senadores e líderes partidários recebeu ontem o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, para marcar a criação de uma comissão informal, composta pelos líderes e vice-líderes, destinada a acompanhar as demandas dos municípios. No grupo de senadores estavam Edison Lobão (PFL-MA), 1º vice-presidente do Senado; Renan Calheiros (AL), líder do PMDB; Eduardo Suplicy (SP), líder do PT; Ademir Andrade (PA), líder do PSB; Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo; Marluce Pinto (PMDB-RR); e Fernando Ribeiro (PMDB-PA).

Representando os 2 mil municípios que vieram a Brasília esta semana para a 5ª Marcha dos Prefeitos, Ziulkoski pediu aos senadores especial atenção para três proposições que tramitam no Congresso, as quais ajudariam a desonerar ou reforçar os caixas dos municípios. Uma delas cria contribuição para custeio da iluminação pública, outra determina que os estados arquem com o transporte escolar de alunos de estabelecimentos estaduais de ensino e a terceira reserva aos municípios parcela de 22,5% dos recursos arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Três PECs determinam redução do recesso legislativo

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) aguardam discussão no Plenário do Senado, tão logo as lideranças partidárias cheguem a um acordo para a desobstrução da pauta, travada pela dificuldade de votação da Medida Provisória nº 9, de 2001, que alonga as dívidas agrícolas.

As três PECs, que começarão a ser discutidas em primeiro turno, buscam reduzir o período de recesso do Congresso e acabar com o excesso de convocações extraordinárias.

A primeira proposta, de autoria do ex-senador Jader Barbalho, dispõe que o Congresso se reunirá anualmente de 15 de janeiro a 15 de dezembro. Hoje, o Parlamento se reúne de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de

dezembro, precisando ser convocado extraordinariamente se não tiver concluído votações inadiáveis no prazo legal. Isso significa reduzir o recesso de 92 dias para 30 dias.

A segunda proposta é do senador Paulo Hartung (PSB-ES) e fixa um recesso de apenas 12 dias, que ocorreria entre 21 de dezembro e 1º de janeiro. O texto também estabelece que um calendário legislativo será definido por resolução do Congresso, contemplando férias coletivas para os congressistas, durante a sessão legislativa.

A proposta de Hartung também dispõe que o Legislativo funcionará independentemente de convocação em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal e de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio. Har-

tung argumenta que o Congresso vem sendo freqüentemente convocado para trabalhar no recesso, o que impõe a revisão do seu processo de funcionamento.

A outra PEC é do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e também fixa os trabalhos legislativos entre 15 de janeiro e 15 de dezembro. A iniciativa acaba com o recesso de julho e reduz de 61 dias para 30 o recesso de fim de ano. Maguito quer acabar com o argumento de que os deputados e senadores têm direito a 92 dias de férias por ano, enquanto os trabalhadores têm direito a apenas 30 dias. "Não obstante sabermos que tais assertivas não correspondem bem à verdade, a questão é que os congressistas, muitas vezes, são vistos como detentores de um privilégio inaceitável", afirmou ele.

Moreira denuncia perseguição a revendedores

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou ontem em Plenário a “perseguição e desmoralização” a que estão sendo submetidos os revendedores de combustíveis que vêm denunciando as ações da “máfia” dos sonegadores e fraudadores do produto no país. Moreira também destacou a “coragem” de entidades “sérias e honestas”, como a Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e os sindicatos estaduais, de contestar o modo de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no setor.



Moreira criticou a atuação da ANP e do Ministério Público

Críticas também foram feitas pelo senador à atuação de órgãos oficiais, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Ministério Público, junto às vendas de combustíveis. Segundo Moreira, enquanto o poder público vem punindo a parte “organizada e séria” da atividade, sob alegação de prática de cartelização (unificação de preços), deixa livre “o lado marginal” envolvido com a sonegação e adulteração de produtos.

PESQUISA DE PREÇO

— Estou sendo alertado de que quem acusa, quem denuncia não só a sonegação e adulteração de produtos, mas também o comportamento inadequado de alguns elementos da fiscalização da ANP, passa a ser inimigo e alvo de fiscalização e perseguição — declarou. Moreira Mendes também apontou equívocos na pesquisa nacional de preços divulgada pela agência, que compara “preços reais” mais altos porque os produtos seriam livres de mistura e embutiriam os impostos, com preços rebaixados em função da sonegação e fraude.

Ao proceder dessa maneira a ANP estaria, na verdade, fazendo o “jogo sujo dessa máfia de sonegadores e adulteradores”, disse ele. A respeito da cobrança irregular de ICMS, Moreira adiantou que, graças a denúncias públicas da Fecombustíveis, descobriu-se que alguns estados calculam o imposto sobre “base muito acima do valor de mercado”.



Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Lúcio Alcântara, discutem solicitação de crédito

Empréstimo de US\$ 240 mi para Nordeste passa na CAE

Dinheiro que será obtido mediante contrato com o BID destina-se a financiar Programa de Desenvolvimento do Turismo na região

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a concessão de garantias da União para que seja contratada operação de crédito de US\$ 240 milhões mediante contrato que será firmado entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses recursos serão utilizados em financiamentos a empresas credenciadas no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE), fase II.

A reunião para analisar a mensagem do presidente da República solicitando autorização para o

empréstimo foi convocada pelo presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), depois de entendimentos com a senadora Heloísa Helena (PT-AL) para que apresentasse, em apenas 24 horas, seu voto em separado, após ter solicitado vista da matéria na última quarta-feira.

Segundo informações encaminhadas à CAE pelo presidente da República, a fase I do Prodetur/NE chegou a mobilizar investimentos no valor de US\$ 5,5 bilhões. A operação de crédito agora autorizada pelo Senado implica contrapartida nacional de US\$ 160 milhões.

O contrato de crédito externo

do BID com o BNB prevê um custo financeiro de 7,41% ao ano, carência de 60 meses e prazo de 354 meses para a amortização do principal e pagamento dos juros. Os desembolsos do BID serão feitos em um prazo de quatro anos, e o pagamento, pelo BNB, em 50 parcelas semestrais iguais e consecutivas. A última parcela de pagamento terá de ocorrer 25 anos após a assinatura do documento.

Além dos juros, o custo do contrato prevê a cobrança de 1% ao ano, na forma de comissão de supervisão, e 0,75% ao ano, de comissão de crédito incidente sobre o saldo devedor. A matéria vai à deliberação do Plenário.

Heloísa Helena quer explicações sobre o BNB

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) exigiu, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), explicações das autoridades do Poder Executivo sobre irregularidades que teriam sido praticadas pela atual administração do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Heloísa Helena condicionou seu voto favorável à concessão de nova operação de crédito externo para aquela instituição à inclusão, na ata da reunião, das suas preocupações.

A senadora quer também que o BNB explique como exatamente gastou os recursos que gerenciou, destinados ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE), na sua fase I. Segundo Heloísa Helena, há evidências de que a maior parte dos recursos foi emprestada a grandes empresários do Nordeste ligados a governos e até mesmo a inadimplentes com o banco.

No voto em separado que encaminhou à CAE sobre a opera-

ção de empréstimo de US\$ 240 milhões que será contratada entre o BNB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Heloísa Helena diz que a atual diretoria do BNB está respondendo na Justiça a ação proposta pelo Ministério Público Federal, na qual é acusada de improbidade administrativa.

Segundo a senadora, consta nessa ação que a atual administração do BNB “praticou atos lesivos ao patrimônio público federal em cerca de R\$ 7 bilhões, por conta, principalmente, de um grande volume de operações de crédito de liquidação duvidosa, tanto na carteira de empréstimo da instituição como na carteira de crédito do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE)”.



Heloísa exigiu explicações sobre denúncias contra administração do BNB

A atual administração do BNB, de acordo com a senadora, está sendo investigada também pelo Banco Central do Brasil, que, no entanto, após dois anos de averiguações, ainda não se pronunciou formalmente.

Heloísa questionou ainda a forma como vêm sendo aplicados pelo BNB os recursos do Prodetur, segundo ela, favorecendo grupos empresariais ligados à administração dos estados beneficiários e dissociada das questões mais cruciais da região, como saneamento básico, desemprego e bolsões de pobreza. Ao final da reunião, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da CAE, determinou o encaminhamento ao BNB de pedido de relatório minucioso sobre a execução do Prodetur/NE-I.

Deputado pede rapidez de projeto sobre cooperativa

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o deputado federal Silas Brasileiro (PMDB-MG), que pediu rapidez na tramitação do projeto de lei do Senado que regulamenta o funcionamento das cooperativas de trabalho.

Silas Brasileiro disse que, com a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição retirando o parágrafo 1º do artigo 442 da Constituição federal, que consolidava o sistema cooperativo de trabalho, foi criada uma lacuna legal. Na opinião do deputado, a demora na regularização da situação está prejudicando milhares de brasileiros. “A situação é muito grave, causa desemprego”, afirmou. A matéria tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem como relator o senador Iris Rezende (PMDB-GO). O autor do projeto é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Senador é convidado para posse do presidente do STJ

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Nilson Naves entregou ontem ao presidente do Senado, Ramez Tebet, convite para sua posse na presidência daquela corte. A cerimônia ocorrerá no próximo dia 3 de abril.

Naves disse que já chegou ao STJ o caso da governadora do Maranhão, Roseana Sarney — cuja empresa Lunus, em sociedade com o marido, Jorge Murad, está sob suspeita de envolvimento com desvio de recursos da extinta Sudam. O ministro informou que a reclamação dirigida ao tribunal deverá ser relatada pelo ministro Ruy Rosado.

Tebet prevê “grande progresso” em Mato Grosso do Sul

O presidente do Senado, Ramez Tebet, avaliou ontem como extremamente positivas as consequências de decisão do Ibama concedendo licença ambiental para a construção de usina termelétrica em Corumbá (MS):

— Prevejo grande progresso para Mato Grosso do Sul, na medida que se trata de energia farta e, também, não poluente, com esse resguardo ambiental. O estado começa a dar passos para a sua efetiva industrialização. Essa licença está sendo comemorada em Corumbá e todo o Mato Grosso do Sul, pois vai permitir a instalação de indústrias e a geração de emprego, trabalho e renda — disse.

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) e o prefeito de Campo Grande, André Puccinelli, compareceram ao gabinete de Tebet para tomar conhecimento da licença.



Ramez Tebet recebeu os representantes da Ucrânia, que estavam acompanhados do deputado Ricardo Barros

Chanceler e embaixador da Ucrânia visitam o Senado

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o chanceler da Ucrânia, Yuri Sergeyev, que está no Brasil para discutir as relações com o Brasil. O chanceler estava acompanhado de Yuri Bogaievsky, embaixador no Brasil, e do conselheiro

econômico da embaixada, Volodymyr Lakomov.

A audiência foi solicitada pelo deputado Ricardo Barros (PPB-PR), líder do governo na Câmara e presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia, que também compareceu ao encontro.



Marina Silva apresentou ao representante do Bird críticas a projetos ambientais apoiados pela instituição financeira

Marina cobra do Bird mais recursos para área social

Durante encontro ontem, em seu gabinete, com equipe do Banco Mundial (Bird), a senadora Marina Silva (PT-AC) criticou projetos apoiados pela instituição no Brasil, especialmente na área social e ambiental. A senadora disse ao economista Roberto Rocha, do Departamento de Avaliação de Operações, que o Bird precisa se empenhar mais no financiamento a projetos de combate à pobreza.

— Com mais recursos nessa área, o governo brasileiro poderá inves-

tir mais em programas como bolsa-escola e renda mínima e na geração de empregos.

Marina lembrou que o Banco Mundial não aceitou participar de audiência pública na Comissão de Erradicação da Pobreza do Senado, quando foi convidado, em 1999. A senadora insistiu que o Bird realize consultas mais amplas, envolvendo parlamentares, governos locais e organizações da sociedade civil, antes de elaborar relatório de assistência ao Brasil.

Comissão discute restrições dos EUA ao aço brasileiro

Devem participar da audiência na CAE representantes do Instituto de Siderurgia e da Companhia Siderúrgica de Tubarão

A medida protecionista adotada pelos Estados Unidos, de impor sobretaxa às importações de aço do Brasil e de outros fornecedores, como Austrália, Japão, Coreia do Sul e União Europeia, deverá ser discutida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em audiência pública a se realizar nos próximos dias. Deverão ser ouvidos a presidenta do Instituto de Siderurgia, Maria Sílvia Bastos Marques, e o diretor-presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão, José Armando Figueiredo.

O debate foi solicitado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que apresentou requerimento aprovado ontem pela CAE em



Ricardo Santos é autor do requerimento aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

reunião extraordinária.

A comissão também acatou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando o encaminhamento, ao secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, de representação para

que seja instaurado processo administrativo que examinaria abuso econômico por parte da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) em relação aos distribuidores de cervejas. A AmBev, que resultou da fusão da Brahma e Antarctica, é hoje a maior detentora do mercado de cervejas do país.

Segundo Suplicy, vários distribuidores de cerveja estão sendo obrigados a sair do mercado devido à política de vendas da AmBev, que estaria praticando “discriminação de preços e venda direta aos consumidores”.

O requerimento foi assinado também pelos senadores Lauro Campos (PDT-DF), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Heloísa Helena (PT-AL).

Senadores participam de seminário sobre Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizará seminários em Fortaleza (CE) e Natal (RN), entre os dias 10 e 14 de março, para discutir o Mercado Comum do Sul, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), desafios, oportunidades e endividamento externo. Os encontros contarão com a presença de parlamentares do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, além de representantes do Parlamento Andino, Parlamento Centro-Americano e Assembléia Legislativa do Ceará.

O ex-presidente da Argentina Raul Alfonsín, hoje senador, confirmou presença no encontro. Os seminários serão realizados paralelamente à 43ª Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciada ontem em Fortaleza. A abertura do

seminário que debaterá o Mercosul, a Alca e o endividamento externo, na segunda-feira, será feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), presidente da representação brasileira na Comissão Parlamentar do Mercosul.

O endividamento externo e suas consequências sociais serão abordados por integrantes de organizações não-governamentais e parlamentares dos países membros da Comissão do Mercosul. A discussão sobre os blocos econômicos e o novo papel dos parlamentos na integração regional do Cone Sul será aberta pelo vice-presidente da sessão brasileira do colegiado, deputado Ney Lopes (PFL-RN). Vão estar no debate os presidentes do Parlamento Andino e do Parlamento Centro-Americano, além dos membros da Comissão do Mercosul.

Na terça-feira, dia 12, os parlamentares encerrarão o encontro debatendo a Alca e seu impacto no Mercosul. Será expositor o professor Samuel Pinheiro Guimarães. A Comissão do Mercosul preparará também a Declaração de Fortaleza, que deverá ser entregue aos participantes da reunião do BID na quarta-feira.

Em Natal, na quinta-feira, os integrantes da Comissão do Mercosul e os outros parlamentares participarão do seminário “Mercosul e Alca: Desafios e Oportunidades”. Os trabalhos serão conduzidos pelo deputado Ney Lopes, pelo vice-presidente do BID, Paulo Piva, e por um representante do Parlatino. O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que fará exposição sobre os interesses do Nordeste no Mercosul e na Alca, encerrará a discussão.

Lauro Campos alerta para riscos da militarização

O senador Lauro Campos (PDT-DF) chamou ontem a atenção para os riscos de destruição da democracia e autonomia dos países em função da crescente política de militarização implementada pelos Estados Unidos. O alerta, lembrou, já foi feito inclusive pelo general Dwight Eisenhower, então presidente norte-americano, em discurso de despedida do cargo em 1961.

No pronunciamento, relatou, Eisenhower demonstrou preocupação com a escalada dos gastos dos EUA com material bélico e espacial em detrimento dos recursos direcionados à melhoria da qualidade de vida da sociedade. O general temia a transformação do país em um Estado militar-industrial, incompatível com qualquer tipo de democracia, disse.

— Ele teve essa visão do pro-

cesso em curso e dos malefícios que poderiam advir da hipertrofia do setor militar para a democracia americana já em 1951 — ressaltou o parlamentar, acrescentando que a gravidade do problema reside no esquema de dependência em que vivem vários países em relação à política econômica dos Estados Unidos.

Lauro Campos afirmou que o poder dos setores bélicos e mi-

litares é tão significativo que, por ocasião do anúncio, feito por Bill Clinton, quando presidente norte-americano, de que os EUA, provavelmente, alcançariam a abolição da dívida pública em torno de 2012, verificou-se uma forte reação desses grupos, “insatisfeitos com a possibilidade de deixarem de lucrar com a política de expansão militarista americana”.



Lauro Campos: política de militarização implementada pelos EUA ameaça a democracia

Bezerra critica proposta de reduzir produção de soja

“Não faz sentido participarmos de um jogo irracional em que os parceiros trapaceiam”, afirma senador a respeito da sugestão

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou proposta apresentada em 29 de janeiro à Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, de reduzir em 15% a produção nacional de soja, calculada em cerca de 42 milhões de toneladas. Essa proposta, afirmou o senador, foi formalizada por Joel Whitley, presidente da Focus on



Bezerra: Brasil produz soja a US\$ 8 a saca, enquanto a norte-americana tem custo de US\$ 12

Sabbatical, entidade que representa produtores de soja do Canadá e dos Estados Unidos. Segundo o parlamentar, o argumento apresentado por Joel Whitley é de que haveria necessidade de reduzir em 19,3 milhões de toneladas a produção mundial de soja para garantir um aumento do preço mundial do pro-

duto e a renda dos sojicultores. Carlos Bezerra informou que o custo de produção da soja norte-americana é de mais de US\$ 12 a saca de 60kg, enquanto no Brasil esse custo é de menos de US\$ 8, o que explica a origem da proposta apresentada pela Focus on Sabbatical, que representa produtores do Canadá e dos Es-

tados Unidos.

O Brasil deseja que haja verdadeira competição internacional e que o livre comércio não sirva apenas como pretexto para atender aos interesses dos países ricos, “que se tornam cada vez mais ricos”, opinou o senador.

Em 2001, conforme Carlos Bezerra, o Canadá fez uma acusação inverídica e sem qualquer base factual de suspeita do mal da vaca louca à carne brasileira. Nesse episódio, salientou, uma pesquisadora canadense confessou que se tratava de uma jogada política. Agora, acrescentou, os Estados Unidos criaram taxas extras para importação do aço brasileiro.

— Não faz sentido participarmos de um jogo irracional em que os parceiros trapaceiam e concedem vantagens ilegais, subsídios, criam barreiras, cotas e outros artifícios e depois nos pedem para reduzir a produção, com o intuito de tornar o jogo cada vez mais ilegítimo, complicado e com cartas marcadas — disse.

Para Cândido, direitos das mulheres estão ameaçados

Ao lembrar que o dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que a luta pela libertação das mulheres tem que se materializar no esforço de construção de uma sociedade socialista. “Não se pode conceber uma luta sem a outra”, garantiu.

Para Cândido, o Estado brasileiro precisa ser capaz de aplicar políticas e instrumentos que atendam às demandas domésticas e privadas dos trabalhadores em geral e afirmar um novo patamar nas relações humanas, intensificando também o combate aos pilares da dominação e da subserviência, bem como as amarras materiais e espirituais que tolhem as mulheres.

O senador ressaltou que a defesa da luta das mulheres, principalmente as trabalhadoras, atravessa um momento especial no Congresso, uma vez que está em exame a proposta para que acordos coletivos entre patrões e trabalhadores valham mais do que a lei, permitindo que direitos e garantias conquistados a duras penas sejam esquecidos em nome da preservação do emprego a todo custo.

Segundo Cândido, entre os mui-



Geraldo Cândido: “Dia da Mulher deve nos inspirar na defesa de conquistas trabalhistas”

tos direitos ameaçados estão conquistas importantes das trabalhadoras brasileiras, tais como a licença-maternidade, direito a creches e estabilidade para gestantes. “O Dia Internacional da Mulher deve nos inspirar na defesa desses direitos, e de outras conquistas trabalhistas, contra a violência que querem fazer com a CLT”, disse. As mudanças propostas não tornam a legislação trabalhista mais flexível, a deixam mais frágil, tornando precária a posição do trabalhador, agravando a situação em que se encontram as mulheres, sobretudo as negras, na base da pirâmide das prioridades do Executivo, observou o senador.

Receita Federal no Paraná apreende carga de forma arbitrária, diz Requião

A apreensão de uma carga importada de algumas toneladas de feijão úmido pela Receita Federal, no Paraná, motivou protesto do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que classificou a medida como “uma arbitrariedade sem limite”. Baseado em carta enviada pelo importador Joel Lucas Malanski, Requião explicou que não fazia a defesa do empresário, caso este tenha sonegado impostos, mas entende que a Receita não poderia realizar apreensão de uma carga perecível baseada numa suposição e como garantia de uma suposta multa. Ele acrescentou que a carga está apreendida há 90 dias e os fiscais não têm prazo para terminar a fiscalização.

— Vamos supor que amanhã realmente o empresário não tenha cometido nenhuma infração, como afirma, e não seja multado em coisa alguma. Como ele vai se ressarcir do prejuízo



Requião também se manifesta preocupado com o que chama de “legislação de pânico”

de ter uma carga apreendida pela Receita Federal? É uma arbitrariedade sem limite. A Receita deveria acelerar o processo de auditoria, se tiver multa, multar o empresário, se for o caso de fechar a sua empresa, fazê-lo, sem nenhuma condescendência, mas sem multa alguma impedir a entrada de um caminhão de feijão regularmente importado, com o peso correto, a mercadoria verificada, realmente não faz sentido.

Requião também manifestou preocupação com o que chamou de “legislação de pânico”. Segun-

do ele, após o seqüestro e morte de um prefeito querem diminuir instâncias de defesa da cidadania, de proteção do indivíduo e de recursos em juízo. “O que precisamos é acabar com a corrupção da polícia, com o envolvimento da polícia com a criminalidade organizada, de firmeza no comando, de limpeza das polícias Civil e Militar no Brasil e de valorização dos bons policiais, que sem a menor sombra de dúvida ainda são a maioria das nossas polícias em todos os estados do país.”

Valadares apóia luta feminina

Com a citação das sergipanas Quintina Diniz, Maria Thetis, Ofenísia Soares, Carmelita Fontes, Aglaé de Alencar, Beatriz Dantas e a senadora Maria do Carmo (PFL-SE) como exemplos de grandes mulheres em favor de uma sociedade democrática, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou o Dia Internacional da Mulher e solidarizou-se com a “luta feminina pela liberdade, pelo direito, pela sobrevivência digna, pela prosperidade, pela justiça e pela paz”.

— É longa, com certeza, a caminhada para desenraizar preconceitos antigos, privilégios e outros instrumentos que serviram e ainda servem para justificar a submissão da mulher. No mundo globalizado, onde a informação em tempo real faz da comunicação o meio universal do conhecimento, é com pesar que são registrados modos antigos de discriminação, desrespeito, que aviltam a história humana. E enquanto houver exemplos de injustiças prevalecendo nas regras de convivência social, a luta em defesa das mulheres

toma caráter de prioridade.

Valadares lembrou que, ao longo da história, as mulheres sofreram as mais duras restrições, sendo afastadas das decisões familiares e tendo sua imagem envolta em preconceitos. Ele ressaltou que, apesar de tudo, as mulheres sustentaram lutas heróicas, conquistando espaços onde afirmaram suas posições e idéias. “As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX foram de bravas campanhas emancipadoras”.

— A difusão das causas democráticas fez surgir no Brasil diversas mulheres que assumiram papéis de líderes, mobilizando a população. Em Sergipe, uma jovem professora, Etelvina Amália de Siqueira, foi às ruas recitando seus poemas, lendo em voz alta seus artigos de jornais, participando ativamente da campanha abolicionista lançada com vigor pela Sociedade Libertadora Sergipana a partir de 1881 e mantida através da Cabana do Pai Tomaz, centro irradiador da abolição instalado em Aracaju.

Candidatura de Garotinho será mantida, afirma Ademir

O líder do PSB no Senado, Ademir Andrade (PA), reiterou ontem em Plenário o apoio de seu partido à candidatura do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, ao Palácio do Planalto. Informou também que a Executiva Nacional do PSB apresentará ação direta de inconstitucionalidade (Adin) contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de limitar as alianças regionais à coligação feita pelos partidos para a eleição presidencial.

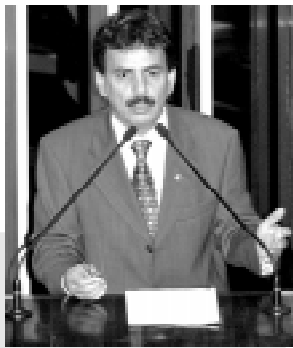
— Pelo menos no primeiro turno, as candidaturas de oposição, representadas pelo governador Garotinho, por Ciro Gomes e por Luiz Inácio Lula da Silva, marcharão separadas — afirmou Ademir, ressaltando que a manutenção de candidatura própria foi decidida por unanimidade, em reunião da Executiva Nacional do PSB.

O senador lembrou que, não fosse a decisão do TSE, o PSB poderia, ao mesmo tempo, manter a candidatura Garotinho e firmar nos estados acordos políticos coerentes com a realidade local. Com o objetivo de reverter a posição adotada pelo tribunal, relatou, o partido apoiará pedido de urgência para um decreto legislativo destinado a anular a decisão do TSE e proposta de emenda à Constituição, com o mes-

mo objetivo, a ser apreciada na próxima semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Executiva do PSB, ainda segundo relato de Ademir, pretende também oferecer uma “resposta política” à decisão do TSE, por meio de uma convocação a todos os seus militantes a participar de uma nova campanha de filiação e de criação de diretórios municipais. “Tudo isso visando à consolidação do projeto nacional do partido”, observou.

Ademir registrou ainda a assinatura — pelos presidentes do PSB e de oito outros partidos políticos — de um “Protocolo de Compromisso” em favor da candidatura de Garotinho. No documento, eles afirmam que devem se unir em torno de propostas como a defesa da empresa nacional e da agricultura; a oferta de um choque de crédito aos pequenos e médios empresários; a adoção de uma nova política de segurança pública; a supressão da cláusula de barreira, que limitaria a participação de pequenos partidos; e a convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, para redesenhar o modelo institucional do país. Assumem o compromisso, além do PSB, PAN, PTN, PTC, PPP, PT do B, PSD, PSC e PST.



Ademir Andrade anuncia “resposta política” do PSB à decisão do TSE

Porto quer acesso do assinante à medição de pulsos telefônicos

As companhias de telefonia podem ser obrigadas a colocar à disposição dos assinantes, gratuitamente, o acesso a um sistema de registro e medição de pulsos telefônicos, caso seja aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) e que aguarda deliberação da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em caráter terminativo.

“A proposta garante aos assinantes acessarem um sistema que lhes permita, a partir de seus terminais telefônicos, verificar a tarifação de suas ligações e monitorar o consumo de suas linhas telefônicas”, ex-



Arlindo Porto: grande número de queixas motivou a apresentação do projeto

plicou Arlindo Porto. O sistema seria custeado integralmente pelas companhias.

O senador disse que a grande quantidade de reclamações contra as operadoras de telefonia junto aos serviços de defesa do consumidor motivou a proposição. Cobranças indevidas e ligações cuja duração é contestada têm sobrecarregado os Procons, afirmou ele, relacionando o problema à implantação do novo sistema de telecomunicações, após o fim do monopólio estatal. “O volume de reclamações tornou-se tão avassalador que é necessário coibir esse tipo de abuso”, advertiu.

Valadares: PSB vai ao Supremo contra mudança nas coligações

Senador leu nota da Comissão Executiva Nacional do partido segundo a qual a instrução do TSE “agríde a Constituição”

Com a leitura de nota assinada pela Comissão Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro, o senador Antonio Carlos Valadares (SE) anunciou ontem, em Plenário, que o PSB decidiu, em reunião ocorrida na quarta-feira, encaminhar ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga os partidos a repetir, nos estados, as coligações feitas em âmbito nacional.

— No último pleito, essa legislação, assegurando a liberdade partidária de coligações, foi aplicada e, com as necessárias instruções do TSE, presidiu as eleições dos atuais detentores de mandato, sendo de estranhar que sofra alterações tão radicais nas proximidades das eleições, perturbando o processo. Além de inconvenientes, essas alterações ferem o princípio federativo e a autonomia dos Poderes e



Nota lida por Valadares lembra que legislação foi aplicada de forma diferente nas eleições passadas

agrídem expressamente o artigo 16 da Constituição da República — leu o senador.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) isentou de responsabilidade sobre a decisão do TSE o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), autor da consulta ao tribunal em agosto do ano passado. Segundo Rocha, o deputado e o PDT não podem ser relacionados a qualquer tentativa de manipulação de cunho eleitoral. “O PDT não se beneficia da deci-

são do TSE, pois também é vítima da verticalização das coligações e sofre as consequências em vários estados”, afirmou.

Rocha disse ainda que, apesar de estar explícita na lei eleitoral, a verticalização não deveria ser adotada nas próximas eleições, pois um dispositivo constitucional determina que as regras gerais não podem ser modificadas. “Em 1998, o TSE regulamentou as eleições e já naquela ocasião poderia ter definido a verticalização, in-

dependentemente de ser consultado. Em 1998 foi utilizada uma regra, agora, em 2002, a regra é outra?”, questionou.

Valadares esclareceu que a nota do PSB em nenhum momento acusa o deputado Miro Teixeira, “reconhecidamente defensor das boas causas e opositor firme”. O senador afirmou acreditar que Miro “jamais se prestaria a defender interesses de forças que querem dificultar o processo eleitoral”.

PT pede detalhes sobre ação da Polícia Federal

O líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), apresentou ontem requerimento, em nome da bancada, para que a Polícia Federal esclareça as circunstâncias que envolveram a ação de busca e apreensão na empresa Lunus, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e seu marido, Jorge Murad. São solicitadas informações sobre “todas as diligências, levantamentos, perícias e coleta de dados pertinentes à instrução de procedimento inquisitorial ou processo penal”.

Para Suplicy, os desdobramentos da apreensão de bens e documentos na empresa, realizada na sexta-feira passada, suscitaram diversas dúvidas. Segundo ele, é preciso saber se a ação policial foi ou não eivada de ilegalidade, se houve motivação política, quais seriam a origem e o destino do R\$ 1,39 milhão encontrado na empresa e o que levou o delegado da Polícia Federal Paulo de Tarso a telefonar para o Palácio



Eduardo Suplicy diz que a operação “precisa ser objeto de melhor esclarecimento”

da Alvorada na noite de sexta e a fazer 14 outras ligações para Brasília no mesmo dia.

— A operação precisa ser objeto de melhor esclarecimento. Se era intenção da Polícia Federal avisar o presidente Fernando Henrique, soa no mínimo estranho que ele tivesse se mostrado um tanto surpreso, dizendo que só soube do fato por intermédio do senador Jorge Bornhausen — disse Suplicy.

Ele afirmou que o episódio originou “um verdadeiro furacão político”, referindo-se à anunciada saída do PFL da base governista. “A decisão de deixar o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso é algo extremamente sério. Não é tempestade em copo d’água”, avaliou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) observou que “a disputa na base governista interessa pouco à oposição. O que nos interessa aqui são as denúncias”, disse, lembrando ser obrigação do Congresso Nacional investigar o desvio de recursos públicos, o que, segundo a senadora, “possivelmente” ocorreu.

Suplicy também anunciou no Plenário os nomes dos senadores do Bloco Oposição indicados para a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará as pesquisas eleitorais. São eles Sebastião Rocha (PDT-AP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e, como suplente, Emilia Fernandes (PT-RS).

Marina Silva proporá criação do Orçamento Social

Prevista no relatório final da Comissão de Combate à Pobreza, a iniciativa tornará obrigatória a execução de recursos orçamentários destinados a programas nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação e reforma agrária

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem em Plenário que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) para criar o Orçamento Social. Prevista no relatório final da Comissão Mista de Combate à Pobreza, a iniciativa pretende tornar obrigatória a execução dos recursos orçamentários vinculados a programas nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação popular, saneamento e reforma agrária.

— As verbas destinadas a ações sociais de combate à pobreza teriam uma espécie de carimbo, só podendo ser remanejadas ou contingenciadas se o Congresso aprovasse pedido de autorização

nesse sentido feito pelo presidente da República — explicou.

Marina Silva solicitou o apoio dos parlamentares à PEC do Orçamento Social, que, afirmou, seria capaz de pôr fim às recorrentes queixas de que o Orçamento Geral da União é uma “peça de ficção”.

A senadora defendeu que, paralelamente à emenda, seja aprovado projeto de lei complementar para criar um conselho de discussão, acompanhamento e fiscalização das políticas sociais. Conforme observou, o cumprimento das metas de ajustamento fiscal vem norteando a execução orçamentária no país. “No segundo mandato do presidente



Segundo Marina Silva, “verbas destinadas a ações sociais terão uma espécie de carimbo”

te fiscal vem norteando a execução orçamentária no país. “No segundo mandato do presidente

Fernando Henrique, um ano de orçamento foi usado no pagamento dos serviços das dívidas interna e externa”, informou.

ORÇAMENTO 2001
Segundo a senadora, a execução de alguns programas federais contidos no Orçamento de 2001 esteve abaixo de 20%. Como exemplos, ela citou os programas Saúde do Trabalhador, que teve executados apenas 12% da dotação de R\$ 7,8 milhões, e Saneamento é Vida, que não registrou a aplicação de nenhum centavo dos R\$ 71,9 milhões previstos. Já o programa Bolsa

Escola contou com a aplicação de R\$ 501,3 milhões, 29,1% dos R\$ 1,72 bilhão previstos.

— Diante da emergência social vivida no Brasil e no mundo, é fundamental retomar a discussão do Orçamento Social — sustentou.

Invocando dados da pesquisa Mapa da Fome, divulgada em 2001 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marina revelou a existência, hoje, de 50 milhões de brasileiros, 29,3% da população, vivendo abaixo da linha de indigência. Para erradicar essa miséria, o estudo da FGV aponta como necessária a aplicação de R\$ 1,69 bilhão por mês, o que significaria uma contribuição mensal de R\$ 10,4 por brasileiro.

Mozarildo quer apurar culpa pela epidemia de dengue

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitou ontem ao Ministério Público a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade pela atual epidemia de dengue, que já matou 27 pessoas somente no Rio de Janeiro. Disse ele que não é possível ficar discutindo se o mosquito é federal, estadual ou municipal, e que a população quer ver os culpados pelas mortes sendo exemplarmente punidos.

— De minha parte, acredito que os culpados sejam o ex-ministro da Saúde José Serra e o atual, Barjas Negri, que, por serem economistas e não médicos, minimizaram os riscos e não tomaram as medidas preventivas indispensáveis ao controle da doença. Não dá agora para Serra, que é candidato à Presidência, ficar posando de “bom moço” porque outras iniciativas suas deram certo no ministério — afirmou.

Segundo Mozarildo, “enquanto o mosquito matava em Roraima, ninguém se importava”. Com as mortes acontecendo no Rio de Janeiro, “o mosquito estreou na mídia”, observou. O senador lamentou que Serra, “campeão de mensagens pelo rádio e TV quando mi-



Mozarildo informou que em Roraima focos da dengue estão sob controle

nistro da Saúde”, não tivesse feito alertas à população para o perigo da disseminação da dengue, pedindo a colaboração para combater o mosquito *Aedes aegypti*.

O senador afirmou que em Roraima a doença está sob controle, não por ações federais, mas porque “o governador resolveu tomar medidas” para combater a doença. “No Rio de Janeiro, se fez exatamente o contrário: a Fundação Nacional de Saúde demitiu os milhares de agentes endêmicos e nenhuma medida substitutiva foi tomada, resultando no atual desastre. A responsabilidade federal está patente”, concluiu Mozarildo.

Jucá ressalta programa de saúde em Boa Vista

Boa Vista, capital de Roraima, é a cidade com maior cobertura do programa Saúde da Família, conforme relatório do secretário de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde, Cláudio Duarte da Fonseca, informou o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

A partir deste mês, com as iniciativas da prefeita Teresa Jucá, o programa Saúde da Família atenderá 74,46% da população de Boa Vista. Todos os bairros pobres da cidade estão incluídos, disse.

— Isso demonstra uma prioridade grande para a área da saúde. Demonstra responsabilidade social da prefeitura e sobretudo que os roraimenses podem se orgulhar porque a menor capital do Brasil passa a ser a capital brasileira de maior cobertura na saúde pública.



Romero Jucá disse que saúde é prioridade da prefeitura de Boa Vista

Patrocínio alerta para o aumento de casos de Aids

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) conclamou o Congresso Nacional e as autoridades da área da saúde para que tomem providências que possam reverter o crescimento dos casos de Aids no Brasil. Embora reconheça a eficácia do programa de combate à doença promovido pelo Ministério da Saúde, o senador lembra que o país continua liderando as estatísticas dos casos de Aids na América Latina, com 540 mil pessoas infectadas. A cada ano, surgem 20 mil novos casos no Brasil, afirmou.

Citando dados do programa nacional de combate à Aids, o senador disse que houve aumento de aproximadamente 16% no número anual de jovens homossexuais infectados. Em 1993 e em 1998 foram registrados, respectivamente, 415 e 481 casos. Esses números, observou, podem revelar uma nova forma de os jovens encararem a doença, com certa banalização do problema, “o que é muito grave em relação à Aids”. A tendência também está ocorrendo entre os idosos, disse o senador, que já representam 8% do total de infectados no país.

MUNDO

Em 2001, informou Patrocínio, os novos casos de Aids em todo o



Carlos Patrocínio: Brasil continua liderando estatísticas da doença na América Latina

mundo totalizaram 5 milhões de pessoas, das quais aproximadamente 3 milhões morreram, incluindo 580 mil crianças com menos de 15 anos. Dados das Nações Unidas, afirmou o senador, revelam que o HIV já atingiu mais de 40 milhões de pessoas nos últimos 20 anos, sendo cerca de 20 milhões de casos na África e quase 1,5 milhão na América Latina.

— Peço a todos os membros do Congresso Nacional que enviem os esforços necessários para salvarmos nossos jovens, nossas crianças e nossos idosos dessa grave pandemia, que ainda está longe de ser vencida pela ciência e que poderá causar danos irreparáveis à nossa população — concluiu o parlamentar.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Ricardo Santos e Moreira Mendes